



**Requerimento nº 120/2012
(do Sr. Domingos Dutra e da Sra. Janete Capiberibe)**

Requer a realização de **diligência** desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias no Estado do Acre, com o objetivo de intermediar diálogo entre assentados/as em áreas do sul do Amazonas, região conhecida como “boca do Acre”, entidades de direitos humanos e a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para tratar de políticas públicas de Direitos Humanos.

Justificativa

A Comissão Nacional da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizaram reunião com representantes de assentados no sul do Amazonas, conhecido como “Boca do Acre” onde discutiu os conflitos agrários no sul do estado do Amazonas, os crimes de grilagem, ambientais e contra os direitos humanos e a ausência do poder público para garantir a legalidade fundiária, o direito a vida e à sobrevivência das lideranças locais e dos lavradores, ribeirinhos e extrativistas. Na reunião os assentados afirmaram que estão ameaçados de morte por madeireiros e que a insegurança é total, por isso afirmaram que é preciso consolidar a presença do estado brasileiro na região.

Ainda nessa reunião informal a Comissão de Direitos Humanos se comprometeu a informar as violações e cobrar providências do Ministério da Justiça, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário. E na ocasião os assentados solicitaram falar diretamente com a ministra da Secretaria dos Direitos Humanos Maria do Rosário, daí a ideia de encontro dos mesmos, intermediado por nossa Comissão com a caravana da ministra, no próximo dia 30 de maio quando irá ao Acre.

Este encontro se faz necessário porque os assentados e assentadas querem diretamente informar a uma autoridade do Governo Federal como os órgãos do Governo Federal não tem priorizado o sul do Amazonas. E que violações graves aos Direitos Humanos tem acontecido sistematicamente, como é o caso do último crime foi contra a trabalhadora Dinhana Nink, assassinada na frente de filho de seis anos, dia 30 de março, em Rondônia, onde buscava refúgio. Antes, ela registrara Boletim de Ocorrência na delegacia de Extrema (Rondônia), dando



nome e sobrenome das pessoas que lhe agrediram fisicamente, incendiaram sua casa e lhe ameaçaram de morte.

Como se pode notar tem havido no sul do Amazonas uma sequencia de crimes contra os direitos humanos e crimes ambientais e para desalojar os que tentam resistir a este estado de coisas, ocorre à perseguição, sequestros e assassinatos e nunca nenhum dos mandantes ou aqueles que mataram diretamente estão presos.

Também vale ressaltar que cerca de 800 famílias de lavradores, seringueiros e catadores de castanha que estão no programa Terra Legal e moradores dos assentamentos Gedeão e o Curuquetê seguem ameaçados em seus lotes, junto com a floresta e, ambas as vítimas e floresta sofrem as consequências da retirada ilegal de madeira, da grilagem de terras e da ausência do Estado brasileiro.

Por isso, percebendo a relevância e a preocupação com essa região é que requeremos que essa Comissão de Direitos Humanos aprove essa diligência para que cumpramos com nossa missão de intermediar o diálogo dessa população com órgãos públicos do Governo Federal.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012

Deputado Domingos Dutra – PT/MA

Deputada Janete Capiberibe – PSB/AP